



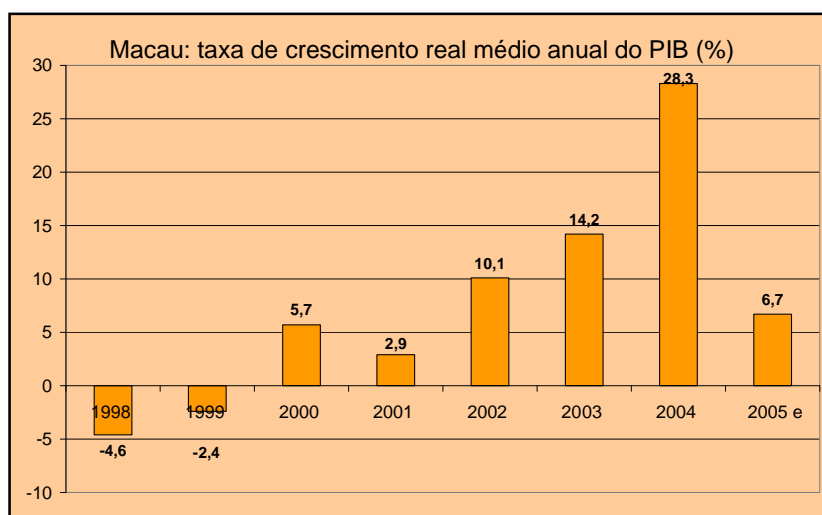
Casino "Macau": evolução da RAE Macau desde a transferência de administração

Por

António M. de Almeida Serra
(CEsA/ISEG/UTL)

Um observador da evolução de Macau no final da administração portuguesa e no início da administração chinesa da actual Região Administrativa Especial de Macau seria tentado a dizer que "os portugueses já não sabem o que fazer... e o pior é que os chineses também não".

Os dados sobre a evolução da produção de Macau desde 1998 parece confirmarem a parte relativa à administração portuguesa e deixam a porta aberta para a um julgamento semelhante, mas não tão negativo, quanto aos primeiros tempos da administração chinesa (de Macau) da Região.



As taxas de desemprego apontam, algo naturalmente, no mesmo sentido: de 4,6% em 1998 passou-se a 6,4% no ano seguinte.

O texto que agora iniciamos visa principalmente constituir um *tour d'horizon* sobre as grandes linhas de evolução de Macau após a transferência da sua administração para a República Popular da China.

Macau “português”: o “modelo das grandes obras”

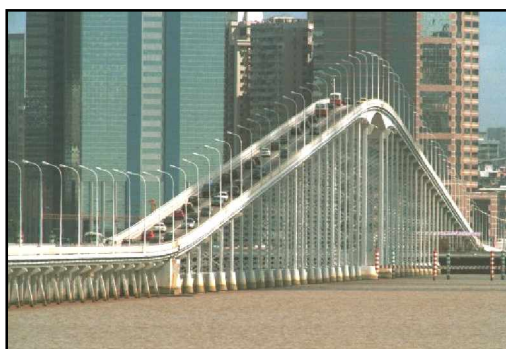
Esta, como se sabe, ocorreu às zero horas de 20 de Dezembro de 2000, data escolhida de forma a assegurar que a transferência da administração se fazia depois da de Hong Kong, “ponto de honra” da parte portuguesa já que ela assegurava que Portugal, o primeiro país europeu a chegar à Ásia, seria o último a deixá-la. Mais prosaicamente, há indicações de que a data foi escolhida também para evitar o incómodo de muitos dos portugueses virem passar o Natal a Portugal e depois terem de voltar a Macau só para entregarem as chaves...

Esta data satisfazia também a parte chinesa já que lhe permitia cumprir dois dos seus objectivos fundamentais: fazer a passagem do milénio com (quase...) toda a China reunificada (ficava apenas a faltar a “cereja” do bolo, Taiwan) e... “dar uma bofetada de luva branca” aos ingleses, que tinham tornado as negociações com a China para a transferência de Hong Kong num quase pesadelo.

Note-se que a prontidão com que a nova administração se encarregou de eliminar todo e qualquer sinal da anterior presença administrativa de Portugal --- simbolizada pelo rápido tapar dos símbolos e dizeres no edifício do Leal Senado logo que terminaram as badaladas da meia-noite --- parecia apontar para uma vontade de cortar radicalmente com o passado, nomeadamente o mais recente, provavelmente não apenas no domínio político-administrativo mas também noutros domínios.

As dificuldades que a economia do território sentiu nos últimos anos da administração portuguesa (vejam-se as taxas de desemprego e as taxas de crescimento negativas que então ocorreram e que se ficaram a dever, em parte, a fenómenos exteriores a Macau como a crise asiática de 1997-98) poderiam justificar que tal linha de “ruptura” com o passado se estendesse à economia, ainda que no quadro geral do compromisso de “um país, dois sistemas”.

Aquelas dificuldades económicas sentir-se-iam, muito provavelmente, mesmo sem um contexto económico internacional desfavorável devido ao esgotamento do que poderíamos designar como o “modelo das grandes obras” que tinha caracterizado a política económica implementada por Portugal, particularmente a partir dos governos do Comte. Almeida e Costa (1981-86), que preparou muitos dos projectos a implementar e que terá sido o verdadeiro delineador do futuro de Macau enquanto “território chinês sob administração portuguesa,



e de Carlos Melancia (1987-90), a quem coube executar muitas das obras planeadas e outras.

Foi nesse contexto que, com o objectivo (ilusório?) de dar a Macau uma relativa autonomia face a Hong Kong e, mesmo, à zona contígua da China Popular (a província de Guangdong/Cantão) que diminuísse a sua dependência face aos seus vizinhos, se lançou a construção de várias infraestruturas (nomeadamente o aeroporto, o porto e a central eléctrica mas também pontes de ligação entre a península de Macau e a ilha da Taipa) e se negociaram acordos com instituições exteriores a Macau --- nomeadamente organizações internacionais como a União Europeia, o GATT, etc.

De notar que as linhas mestras do desenvolvimento do Território naquilo que já se sabia que seriam os últimos anos da administração portuguesa foram definidas num contexto em que não se sabia ainda --- e era difícil prever --- quais seriam as consequências para Macau --- e para a própria China --- das alterações de orientação do desenvolvimento da RPChina aprovadas pelo Partido Comunista Chinês no final de 1978.

Uma das linhas orientadoras destas reformas foi a criação de “zonas económicas especiais”, uma das quais abrangendo a zona fronteiriça de Macau (Zhuhai; vd foto ao lado), destinadas a captar investimentos estrangeiros.

Na sequência destas alterações, a parte mais significativa da produção industrial macaense ¹ transferiu-se para aquela ZEE chinesa, deixando Macau com uma reduzida dimensão de produção industrial e, em consequência, entregue essencialmente à prestação de serviços.



Neste contexto o turismo assumia agora uma ainda maior importância. E, na época (como agora), quem falava de “turismo” falava de “jogo”.

A implementação deste modelo foi essencialmente financiado pelas receitas proporcionadas por este, as quais subiram bastante na sequência da revisão, em 1976, do acordo de concessão de monopólio (datado de 1962) com o *tycoon* do mesmo, Stanley Ho. Os impostos cobrados à indústria do jogo asseguravam cerca de metade das receitas da administração do Território.

No final da administração portuguesa, que coincidia também, parcialmente, com o final do período de monopólio do jogo, viveu momentos particularmente agitados devido às lutas que se estabeleceram entre as “tríades” chinesas, nomeadamente com base em Hong Kong. Este fenómeno e a insegurança pública que lhe andou associado, constituiu, segundo alguns observadores, uma limitação à continuação da rápida

¹ Como diz NUNES, Rosalina em *Macau: pequeno território em transformação*, CEsA, 1995, pg 34, “em meados da década de 70 [do século passado], em resposta aos estímulos que os *Acordos* [GATT] transmitiam a pequenas economias como a de Macau, 88,5% da produção estava concentrada na indústria dos têxteis e vestuário, que empregava 68,7% do trabalhadores que laboravam em 41,8% dos estabelecimentos da indústria transformadora.” A mesma autora refere (pg 22) que em 1992 76% das exportações de Macau eram do sector têxtil e 5% dos brinquedos que entretanto se tinham desenvolvido --- tal como o fabrico de flores artificiais. A importância do sector têxtil derivava do regime de quotas que estavam atribuídas a Macau no âmbito daqueles acordos e que levaram muitos industriais de Hong Kong a instalar-se em Macau --- ou a comprar a industriais macaenses as suas quotas de exportação

expansão do jogo no território que terá sido uma das bases das dificuldades económicas que o território sentiu no final dos anos 90.

Aquele modelo de crescimento baseado nas “grandes obras” financiadas essencialmente pelas receitas do jogo tinha como inconveniente principal o de que estava condenado à partida a esgotar-se mais ou menos rapidamente devido à reduzida dimensão do Território, a qual não permitia que se prolongasse muitos anos a construção de equipamentos colectivos e de infraestruturas.

A continuação do desenvolvimento de Macau, adivinhava-se, estava em causa e, adivinhava-se também, só poderia ocorrer no contexto de uma sua inserção na região sul da China (pelo menos). Mas isso estava dependente da própria China e só ela a poderia levar a cabo. Daí que Portugal “já não soubesse o que fazer” porque, só por si, pouco poderia fazer. Abençoado momento da transferência de responsabilidades...

O modelo chinês de desenvolvimento de Macau: “mais do mesmo” ou “Casino Macau”

Herdeira de uma situação económica pouco invejável, com pouca experiência de gestão macroeconómica --- *whatever it means* numa economia de 20 e poucos kms² e de cerca de 500 mil habitantes --- e, *malgré bongré*, com um grau de autonomia de decisão face a Pequim ainda por testar, a nova administração não estava nas melhores condições para ser capaz de, só por si, lutar por uma retoma económica que, no mínimo, “marcasse a diferença” (pela positiva) em relação à administração que a precedera.

Daí que a recuperação económica a que se assistiu nos dois primeiros anos se tivesse ficado a dever mais a dois efeitos relativamente exteriores a Macau do que à “bondade” das políticas adoptadas.

Esses foram: um crescimento por arrastamento relativamente ao da economia de Hong Kong (+10% em 2000); um importante aumento dos visitantes da nova RAEM com origem

na China, principalment e organizados em excursões que assim iam ver o “filho pródigo” recém-regressado ao convívio dos seus iguais no contexto da “Grande China”.

Entradas de turistas		Tx. anual crescimento
1998	6 948 535	
1999	7 443 924	7
2000	9 162 212	23
2001	10 278 973	12
2002	11 530 841	12
2003*	11 887 876	3
2004	16 672 556	40
2005	18 711 187	12
* ano da SARS		

Visitantes organizados em pacotes turísticos		
Ano	Total	Da China Continental
1998	870 988	474 960
1999	1 056 134	600 999
2000	1 493 677	946 424
2001	1 603 819	982 401
2002	2 102 586	1 425 205
2003	1 536 998	1 258 215
2004	2 497 781	2 068 246
2005	2 675 753	2 101 745

Note-se, nos quadros acima, o abrandamento do crescimento do número de turistas em 2003. A causa desta evolução é o despoletar da chamada crise da SARS. Síndrome da Insuficiência Respiratória Aguda que atingiu a Ásia, particularmente a China, Taiwan e Hong Kong, em 2003. Este abrandamento registou-se quer em relação ao total dos turistas entrados em Macau quer, naturalmente, aos que o fizeram em excursões organizadas provenientes da China Continental.

Em resposta a esta situação e procurando evitar o eventual desencadear de uma crise económica em resultado desta descida de visitantes o Governo de Pequim autorizou em meados de 2003 que as visitas dos cidadãos chineses a Hong Kong e a Macau deixassem de ser, quase obrigatoriamente, efectuadas no quadro de excursões organizadas por uma qualquer estrutura/organização da RPC e permitiu que elas passassem a ser feitas também individualmente ou por famílias.

O fim da SARS e das restrições às viagens individuais a Macau trouxeram consigo uma verdadeira explosão do número de turistas: em 2004 ele aumentou 40% relativamente ao ano anterior, passando de cerca de 12 milhões para quase 17 milhões. Também as viagens organizadas conheceram um grande aumento, tendo o número de chineses que visitaram Macau desta forma aumentado 800 mil em 2004 relativamente a 2003 (mais 65%).

Esta liberalização das visitas de chineses a Macau (eles representavam 12% dos visitantes em 1998, 25% em 2000 e 56% em 2005) contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do turismo e do comércio. Quanto ao primeiro, a taxa de ocupação dos hotéis passou de 54% em 1999 para 58% no ano seguinte e para 76% e 71%, respectivamente, em 2004 e 2005 apesar de o número de quartos ter aumentado de 9 mil em 1998 para 11 mil em 2005.

Quanto ao segundo, o comércio, é de salientar que os visitantes representam um mercado importantíssimo --- nomeadamente para o comércio propriamente dito e a restauração --- já que se estima que a sua despesa média seja de cerca de 2300 MOP, o equivalente a cerca de 230 €. Trata-se, pois, de um contributo importante para o PIB de Macau.

Este crescimento rápido do número de turistas, particularmente da RPC, foi um dos factores que terão contribuído para o grande interesse de empresas especializadas nos "jogos de fortuna e azar" para aproveitarem o fim do monopólio da STDM-Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, em 2002, para concorrerem a uma das três licenças de jogo que o governo da RAEM resolveu leiloar para diversificar e tentar incrementar a indústria do jogo. Cada uma destas licenças é, por sua vez, "desdobrável" em seis outras, multiplicando significativamente o número de casinos que já funcionam ou podem vir a funcionar, de facto, em Macau.

Note-se que as subconcessões das licenças de jogo --- autorização para uma companhia diferente da inicialmente concessionada pelo Governo da RAEM operar jogo sob uma licença das empresas concessionárias --- foram transaccionadas pelo dobro do montante do investimento inicial imposto aos concessionários nos acordos por eles assinados com o Governo.

Isto representa um enorme ganho de capital das três empresas concessionárias directas e que viram assim o seu esforço de investimento altamente financiado pelas receitas das sub-concessões que atribuíram. Por exemplo, a sub-concessionária

Melco/PBL terá pago cerca de 900 milhões USD (equivalentes a cerca de 7,2 mil milhões MOP) à Wynn Resorts, uma das empresas a que o Governo da RAEM concedeu uma licença (desdobrável em seis) para a exploração de casinos. O investimento a que esta se obrigou foi de 4 mil milhões MOP no total ².

Um dos casinos recentemente instalados em Macau, o *Sands* (ao lado), é actualmente o maior casino do mundo relativamente ao número de máquinas e de mesas disponíveis para jogar. Foi inaugurado em Maio de 2004 e a sua rentabilidade é tal que os seus proprietários, que tinham estimado um período de 5-7 anos para recuperarem o investimento, viram este amortizado ao fim de cerca de ... um ano e meio.



O novo Macau

Casino Sands	2004
Casino Galaxy Waldo	2004
Casino Wynn	2006
Casino Grand Lisboa	2006
Casino Galaxy StarWorld	2006
Casino/Hotel Venetian	2006-09
Casino Galaxy Cotai	2006-09
Casino MGM Macau	2007
Casino Park Hyatt	2007
Ponte Sai Van	2004
Pavilhão Desportivo	2005
Porto de Pescadores	2005
"Ponte 16"	2006
Centro de Ciência	2006
Centro Shun Tak	2007-09

Fonte: WELKER, Jennifer *The new Macau*, China-Link Publishing (Macau), 2005, pg 19

Aquando da sua inauguração este casino veio juntar-se a outros já existentes como o "patriarca" "Casino Lisboa", do grupo STDm (foto em cima, à esquerda).



Entretanto foi inaugurado outro grande casino, o *Wynn* (foto acima) e à esquerda do

² As três empresas vencedoras do concurso para a concessão das três licenças de jogo foram a SJM-Sociedade do Jogo de Macau (do grupo STDm, de Stanley Ho, que tinha sido a monopolista dos jogos desde 1962), a Wynn Resort, de Las Vegas, e a Galaxy Holdings, também com capitais de Las Vegas. Os investimentos a que se obrigaram no contexto dos respectivos contratos de concessão foram de, respectivamente, 4,7 mil milhões de MOP, 4 mil milhões e 8,8 mil milhões (as duas últimas deverão efectuar os seus investimentos no prazo de 7 anos).

“Casino Lisboa” está a ser construído o *Grand Lisboa*, do grupo SJM (vd. acima foto da fase de construção e maquete). Por detrás do “Lisboa” e do “Wynn” está sendo construído outro grande casino.



Todos estes casinos (nomeadamente o MGM Grand Macau e o Galaxy StarWorld, fotos das maquetas ao lado) estão a ser edificados numa zona que alguns já apelidaram de “Macau Strip”, na zona e ao longo da Av^a da Amizade, que limita a norte os Novos Aterros do Porto Exterior.

Simultaneamente com o “redesenhar” desta zona, outra está em pleno desenvolvimento: o aterro entre as ilhas da Taipa e de Coloane e que foi baptizado de COTAI (de COloane e TAIPA). Este aterro (vd maquete abaixo) contribuiu para o aumento da área do Território dos cerca de 22 kms² de há alguns atrás para os actuais 27,3 kms².



Nele estão a instalar-se algumas das maiores infraestruturas hoteleiras de Macau, sempre com casinos associados. O total dos investimentos nesta zona está estimado entre 5 e 10 biliões de USD, devendo os vários hotéis a construir totalizar cerca de 60 mil quartos.

De quanto fica dito parece evidente que a estratégia seguida pelas novas autoridades não se afasta significativamente da que tinha sido prosseguida pela administração portuguesa. A diferença está essencialmente no “grau” em que ela foi adoptada, mais do que no “tipo” de estratégia prosseguida embora esta seja agora baseada não exclusivamente no jogo mas também em outras actividades turísticas que lhe podem ser complementares como é o caso das diversões e da realização de grandes convenções internacionais.



O modelo adoptado passa a ser, pois, de “Turismo & Diversões” (incluindo o jogo e organização de convenções) e os grandes projectos hoteleiros e de casinos contemplam, no essencial, esta dupla dimensão.

Note-se que esta diferença de “grau” --- “mais do mesmo” ou, até, “*muito* mais do mesmo” --- só estava, na verdade, ao alcance das autoridades chinesas já que elas é que detêm a “torneira” dos fluxos turísticos da China Continental e só elas poderiam, como fizeram, adoptar uma política, enquadrada em opções ao nível nacional e não apenas local, de transformar Macau no que se está a tornar: o “Casino Macau”, onde toda a China vai fazer uma das coisas de que mais gosta --- desafiar a sorte jogando! Esta via --- ou, pelo menos a sua escala --- estava, pela natureza das coisas, vedada à administração portuguesa.

Dito isto, há lugar a fazer aqui uma ressalva: a de que as autoridades de Macau e, principalmente, os principais investidores na indústria do jogo --- particularmente os que têm a sua base em Las Vegas --- têm, aparentemente, uma visão muito mais ampla do seu mercado potencial. Ele não se restringe à China Popular, antes se estendendo a toda a Ásia Oriental (do Japão a Singapura e Indonésia) e, mesmo, outras zonas do globo que se poderão sentir atraídas por esta “Las Vegas do Oriente”.

Esta transformação de Macau no casino da Ásia não dispensa, antes reforça, uma outra vertente do desenvolvimento no tempo da administração portuguesa e que parece continuar na actualidade: a de construção de grandes infraestruturas de apoio ao referido desenvolvimento (pontes, reordenamento urbano, COTAI) e que exigem, nomeadamente, um aumento significativo das despesas públicas, particularmente de capital. Estas, que no final da administração portuguesa representavam 8,5% dos gastos totais, representaram cerca de 21,6%, em média, no biénio 2004-05.



Note-se, porém, que o período 1998-99 não será representativo do período de maiores investimentos em Macau pela administração portuguesa por a maior parte deles estar já, então, concluída.

Despesas totais (mil MOP)			Despesas de capital (1000 MOP)		
		Tx. Cresc. %			TxCresc%
1998	15.505.724		1998	1.595.479	
1999	16.636.176	+7,3	1999	1.122.404	-30
2000	15.024.270	-9,7	2000	865.067	-23
2001	15.220.788	+1,3	2001	1.118.972	29
2002	13.486.946	-11,4	2002	1.555.739	39
2003	15.712.968	+16,5	2003	2.720.373	75
2004	17.703.006	+12,7	2004	3.916.881	44
2005	21.184.258	+19,7	2005	4.540.168	16

Estas despesas e, em geral todas as despesas públicas, foram financiadas essencialmente com recurso às receitas do Estado, particularmente as resultantes da tributação do jogo.

Receitas públicas (milhões MOP)					
(1)	Total (2)	Impostos sobre o jogo (3)	% (3)/(2) (4)	Taxa de cresc. das receitas totais (%) (5)	Taxa cresc. Rec. Jogo (%) (6)
2002	15.227	7.766	51		
2003	18.370	10.579	58	21	36
2004	23.864	15.237	64	30	44
2005	28.201	17.319	61	18	14

Esta, particularmente depois de revisto o regime de exploração do mesmo --- fim do monopólio de 40 anos da STDM em 2002 --- viu os seus valores aumentarem significativamente, mais que duplicando entre 2002 e 2005. Notem-se, particularmente, os grandes acréscimos registados em 2003 (início do novo regime de exploração do jogo) e em 2004, ano do início da exploração do *Sands*, actualmente o maior casino do mundo.

A importância relativa destas receitas no conjunto das receitas do Estado também aumentou, passando dos 51% de 2002 para os 64 e 61% de 2004 e 2005, respectivamente. Isto traduz um aumento da dependência das finanças públicas de Macau em relação às receitas da tributação dos “jogos de fortuna e azar”.

Agradecimentos

Este texto não teria sido possível sem o financiamento parcial da FCT no quadro do apoio plurianual concedido ao CEsA, o centro de estudos da área do desenvolvimento do ISEG/UTL a que o autor pertence e de que é actualmente vice-presidente.

Da mesma forma, não teria sido possível sem as contribuições, resultantes de entrevistas conduzidas em Macau, de José João Pãosinho, Regina Tam e Sau San Chan.

BIBLIOGRAFIA

CHAN S. S. *The Macau economy*, Universidade de Macau, 2000

DSEC-Direcção dos Serviços de Estatística e Censos da RAEM *Boletins Mensais de Estatística*, vários números

HO, W.S. “Macao’s economy since the handover” in *Boletim Trimestral da AMCM*, nº 14, Janeiro/2005, Autoridade Monetária de Macau, 2005

NUNES, Maria Rosalina C. de Castro, *Macau: um pequeno território em grande transformação. Um olhar sobre as duas últimas décadas do Séc. XX*, CEsA - Documento de Trabalho nº 38, Lisboa, 1995

PAO, Jay W. “Recent developments and prospects of Macao’s tourism industry” in *Boletim Trimestral da AMCM*, nº 13, Outubro/2004, Autoridade Monetária de Macau, 2004

WELKER, Jennifer *The new Macau*, China-Link Publishing (Macau), 2005

Timeline da evolução da RAEM

(baseado em W.S. Ho *Macao's Economy Since the Handover*, 2005, Autoridade Monetária de Macau)

1999

20 de Dezembro - A Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China é oficialmente estabelecida.

2000

Agosto - Aos residentes permanentes de Hong Kong são concedidos vistos de entrada com a duração de um ano, aquando da sua visita a Macau. Para além disso, o período de estada permitido para visitantes que não necessitam de visto de entrada, aumenta para 30 dias.

Outubro - O projecto *Fisherman's Wharf*/Porto de Pesca Tradicional que custará 0,8 mil milhões MOP, é aprovado pelo governo RAEM.

2001

Novembro - O chefe Executivo do Governo RAEM faz um discurso onde anuncia um conjunto de medidas de política fiscal a serem tomadas já em 2002, com o objectivo de estimular a economia. Estas medidas incluem sobretudo: isenção e redução de impostos no valor de 250 milhões MOP, financiamento para especialização e reemprego no valor de 400 milhões MOP e investimentos em infra-estruturas e outros trabalhos públicos no valor de 1,6 mil milhões MOP. Destaca ainda o facto de a estrutura económica de Macau ser suportada por serviços (com ênfase no turismo e no jogo) que serviam de ajuda ao desenvolvimento de outros sectores.

Dezembro - Vinte e uma empresas submetem licitações para três licenças de jogo, a serem emitidas paralelamente à nova lei de jogo em vigor.

2002

Fevereiro - A Comissão de Avaliação para a Concessão de Licenças de Jogo anuncia que as concessões de exploração de casinos foram atribuídas à Sociedade de Jogos de Macau, SA; à Wynn Resorts (Macau), SA; e à Galaxy Casino, SA. As concessões foram atribuídas tendo em consideração a experiência dos licitadores no do jogo e negócios afins, tais como a gestão de *resorts*, entretenimento, exposições e conferências. O resultado formal surge paralelamente com a política governamental para o desenvolvimento de Macau como centro regional de serviços, com ênfase no turismo e no jogo.

Abril - A SJM assina com o Governo RAEM um contracto de 18 anos para a concessão de casino de jogos, o qual entrou em vigor a 1 de Abril de 2002. A SJM compromete-se a investir, ao longo dos anos seguintes, 4,7 mil milhões MOP em jogo, entretenimento e projectos relacionados. Onze casinos, 330 mesas de jogo e mais ou menos 7000 empregados foram transferidos da STD, a antiga concessionária de casinos e *shareholding* da SJM, para a SJM.

Junho - O governo da RAEM assina um contracto de 20 anos, para a concessão da exploração de casino com a Wynn Resorts (Macau), SA e a Galaxy Casino, SA, respectivamente. De acordo com o contracto, a Wynn e a Galaxy

ficam obrigadas a cumprir o investimento previsto de 4,0 e 8,8 mil milhões MOP, respectivamente, nos sete anos seguintes.

Dezembro - O Secretário da Economia e Finanças da RAEM afirma estar confiante no desenvolvimento de Macau em três plataformas de serviços: primeiro, a plataforma de serviços empresariais da China continental; segundo, a plataforma de promoção de actividades empresariais entre a China continental e os países de língua oficial portuguesa; finalmente, a plataforma de conexão além-mar das actividades empresariais chinesas.

2003

Segundo trimestre - o surto da Síndrome Respiratória Aguda / Pneumonia Atípica (SARS) afecta negativamente o crescimento económico de Macau e as economias dos países vizinhos.

Agosto - O Conselho de Estado decide o início dos trabalhos de preparação para a Ponte Hong Kong-Zuhai-Macau.

12-14 de Outubro - O primeiro fórum a nível ministerial sobre Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Oficial Portuguesa teve lugar em Macau. Funcionários e empresários da China e de sete países de língua portuguesa participaram neste evento, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste. Durante o evento que durou três dias os países participantes assinaram o "Plano de Acção da Cooperação Económica e Comercial" para incentivar a cooperação futura, a nível económico e inter-governamental.

17 de Outubro - O Acordo de Estreitamento de Relações Económicas entre o Continente Chinês e Macau (CEPA) e os seus seis anexos é assinado. De acordo com o acordo comercial, duas das partes formariam uma parceria mais estreita em três grandes áreas, nomeadamente, o comércio de bens, o comércio de serviços, e o auxílio ao desenvolvimento do comércio e investimentos. Desde 1 de Janeiro de 2004 que alguns produtos macaenses dentro de categorias de impostos seleccionadas, usufruem de tarifas-zero na sua entrada na China Continental. Algumas empresas locais e alguns profissionais também obtiveram acesso ao mercado da China Continental.

2004

1-3 de Junho - O "Pan-Pearl River Delta Regional Cooperation and Development Fórum" tem lugar em Hong-Kong, Macau e Guangzhou. Oficiais do governo e empresários das nove províncias/regiões, assim como duas Regiões Administrativas Especiais participaram neste acontecimento. Durante o evento, que durou três dias, as províncias/regiões participantes e as RAEs assinaram o "Pan-Pearl River Delta Cooperation Framework Agreement" para fomentar a cooperação, a compatibilidade geral e o desenvolvimento económico da região.

29 de Outubro - É assinada a segunda fase do acordo do CEPA (CEPA II), entre o Governo Central e o Governo RAEM. Para além dos 311 produtos que, desde 1 de Janeiro de 2004, usufruíam do estatuto das tarifas-zero, mais 190 produtos passam a gozar desse mesmo direito.